

Lula ou Alckmin, o caminho depois de outubro só pode ser o da luta

Confirmada a realização do segundo turno das eleições presidenciais, em 29 de outubro, inicia-se um período de intensa polarização entre Luís Inácio Lula da Silva e o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Para os trabalhadores e a maioria da população do país, as perspectivas, sob um ou outro, não são nada animadoras. Chamado por

muitos como o terceiro mandado de FHC, o governo de Lula em pouco diferiu política e economicamente de seu antecessor. Em muitos aspectos, como é o caso das reformas neoliberais e dos compromissos com o FMI, Lula e cia. conseguiram ir além.

O superávit primário – tudo o que o país “economiza” para pagar os juros da dívida interna e externa – bateu todos os recordes no governo petista, chegando nos 4,25% do PIB, o que significa cerca de R\$ 82 bilhões por ano que deixam de ser investidos em saúde, educação etc. Em entrevista à agência de notícias Reuters (31/8/2006), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou que o governo Lula pretende manter a política de superávit primário até 2009, caso seja reeleito. O ministro disse, ainda, que é preciso discutir uma política de maior ajuste fiscal (corte nos gastos públicos), mas que isso ficará para depois de outubro. “O início

de um novo governo é a hora de rever os gastos”, considerou.

De São Paulo para o Brasil

Em todos estes anos à frente de São Paulo, o PSDB de Alckmin propagou a ideia de que foi realizado um ajuste de contas, um “choque de gestão”. Nada mais falso. O que houve foi a redução dos investimentos e dos gastos públicos com políticas

sociais. Além disso, a receita do estado vem caindo, porque os tucanos não cobram os devedores. Pior ainda: a dívida pública explodiu, a despeito das privatizações. De 1998 a 2004, houve queda na arrecadação junto aos devedores de tributos do estado em cerca de 52%, representando uma perda de aproximadamente R\$ 1 bilhão de reais. Na área social, o governo deixa de gastar corretamente os recursos da saúde e da educação, desrespeitando as vinculações orçamentárias determinadas pela Constituição. De 1998 a 2004 deixaram de ser aplicados R\$ 1,5 bilhão na saúde e R\$ 4 bilhões na educação.

O arrocho salarial contra os servidores públicos também se materializa em números: o gasto com o funcionalismo caiu de 42,5%, em 1998, para 40,95%, em 2002, abaixo até dos limites absurda Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, com o predomínio da terceirização e com a entrega de equipamentos públicos de saúde às organizações sociais, o estado dirige quase 8% do seu orçamento com pagamentos de terceirizações.

O setor elétrico, o gás, parte do saneamento, o Banespa, parte da Nossa Caixa e as ferrovias foram privatizadas, sob o comando de Alckmin, ainda como vice-governador e como presidente do programa estadual de desestatização. Foi vendido patrimônio público equivalente a R\$ 71 bilhões (para se ter uma ideia, o orçamento anual do estado é cerca de R\$ 80 bilhões). Os serviços privatizados, no geral, pioraram e as tarifas explodiram.

Oposição

Entre as candidaturas melhores cotadas à Presidência, somente a de Heloísa Helena (PSOL) apresentou-se à esquerda dos dois líderes na campanha. Em seu programa de governo, ela defendeu mudanças na política econômica brasileira, como a redução na taxa de juros e revisão na tributação imposta à classe média. Ela afirma que,



Palanques diferentes, política igual

ao contrário do que é defendido pelos candidatos do PSDB e do PT, é possível conciliar desenvolvimento econômico com inclusão social e que a queda dos juros poderá viabilizar a liberação de R\$ 160 bilhões para investimentos públicos na geração de emprego e renda, saúde, educação e segurança pública.

Lembrando que são 22 milhões os brasileiros que vivem do salário mínimo, um dos mais baixos do mundo e que, segundo o IBGE, as cinco mil famílias mais ricas do país (0,01% das famílias existentes) concentram patrimônio equivalente a 46% de toda a riqueza gerada por ano no país (PIB), Heloísa Helena também defende a suspensão do pagamento da dívida externa. Ela explica que o orçamento da União é consumido em cerca de 40% para pagamento dos juros, enquanto que para os investimentos restam menos de 5%.

O caminho da luta

Vença Lula ou vença Alckmin, os rumos da política econômica e social pouco sofrerão mudanças a partir de 2007. Alinhados aos interesses dos grandes grupos econômicos e do imperialismo, ambos tentarão aprofundar os ataques aos trabalhadores e à população explorada: nova reforma da Previdência, corte de direitos trabalhistas (reforma sindical/trabalhista), aprovação da reforma universitária, redução de recursos da saúde e da educação, privatizações etc etc.

Resistir e reivindicar, lutar e avançar. Este é o caminho para trabalhadores, estudantes, desempregados, sem-terra, sem-teto... A queda de braço se dará nas campanhas salariais, nas manifestações, passeatas... na luta por salários dignos, emprego e melhores condições de vida para todos.

Nova reforma da Previdência

Inimigos no ringue eleitoral, parceiros na política de ataques à população, Lula e Alckmin não escondem a intenção de “avançar” na reforma da Previdência. Embora evitem falar abertamente sobre suas propostas, eles revelam o desejo de aprovar novas medidas tanto no setor público quanto no privado. Matéria veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 4/7, intitulada “PT e PSDB querem adiar aposentadorias”, mostra que Lula e Alckmin desejam elevar o limite de aposentadoria para, pelo menos, 65 anos, a partir de 2020, tanto na iniciativa privada quanto no serviço público.